



ATA ABRIL/2023 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – PETRÓPOLIS/RJ

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, realizada no dia 13 de abril de 2023, às 18h, no Auditório da Casa dos Conselhos Augusto Ângelo Zanatta, situado à Avenida Koeler, 260 - Centro, Petrópolis, RJ.

1 Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às dezoito horas,
2 reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, convocado por meio do
3 Diário Oficial nº 6640, de onze de abril de dois mil e vinte e três, no Auditório da
4 Casa dos Conselhos Augusto Ângelo Zanatta, Centro de Petrópolis. Com a
5 presença das senhoras conselheiras: ADRIANA PEREIRA DA CUNHA DE
6 MENDONÇA SALIM, ADRIANA VITAL SILVA XAVIER, ALINE DE CARVALHO
7 LIMA, ANDREA VIEIRA, ÂNGELA MARIA ARAÚJO DE ALCÂNTARA, AUREA
8 GONÇALVES DA SILVA, AYANE ROCHA DE SOUZA, CARLA DE CARVALHO,
9 CARLA MARIA DE ANDRADE FREITAS BRITO, CINTIA MARIA DA SILVA,
10 CLAUDIA RESPEITA DA MOTTA, CRISTIANE NOGUEIRA MONTEIRO,
11 DENIZE MILITAO DA SILVA DE CAMPOS, JOANA DARQUE BRAGA ALBINO,
12 KAROLINE VICTÓRIA CERQUEIRA DOS SANTOS, LUCIANA BLATT,
13 LUCIANE MARTINS BESSA BOMTEMPO, MARIA AUXILIADORA PIRES
14 RIBEIRO, MARIA CRISTINA DOS SANTOS, MARIA DA GRAÇA LIMA, MARIA
15 DE FÁTIMA DA SILVA, MARIA DE LOURDES THOMAZ DE SOUZA, MARIZA
16 ALVES DE FARIA, MICHELE DO VALLE HOELZ, PRISCILA BRAGA,
17 ROBERTA SILVA, ROSINA BEZERRA DE MELLO SANTOS ROCHA, SHIRLEI
18 SOUZA RAMOS, SIMONE IZIDIO CESÁRIO GARRIDO, SONIA CRISTINA DA
19 SILVA FURTADO, SÔNIA REGINA PEREIRA ALVES, SUELEN ABREU
20 AGASSIS RIBEIRO, THAIS JUSTEN GOMES, VERÔNICA FRANCISCO
21 MARCOLINO, VIVIAN CARREIRO, VIVIANE MARQUES DE MENEZES
22 FIDELIS. Também estavam presentes, a vereadora Julia Casamasso, Fernanda
23 Ferreira, Rosimar Pinto, Jovelina Maria de Oliveira Romão, a Subcomandante
24 GCM FEM Magali Artis, a GCM FEM Denise de Souza, a GCM FEM Cristiane
25 Andrea Schmitz Lourenço, a GCM FEM Valéria da Cruz Guimarães. A reunião
26 teve como pauta publicada: 1) Aprovação da Ata anterior; 2) Edital de
27 Chamamento, esclarecimento, eleição e posse das novas Conselheiras; 3)
28 Pobreza Menstrual; 4) Lei sobre embarque e desembarque do coletivo, fora do
29 ponto, das 22h às 6h; 5) Solicitação de transporte para as famílias visitarem seus
30 parentes nos presídios, moradores de Petrópolis; 6) Sugestão para o
31 reaproveitamento do material descartado pelas artesãs da comunidade do Alto
32 Independência; 7) Patrulha Maria da Penha pela GCM; 8) Devolutiva da
33 Programação do Mês da Mulher; 9) Assuntos Gerais; 10) Definição da pauta da

34 próxima reunião ordinária, sem prejuízo de inclusões posteriores que se fizerem
35 necessárias. A Conselheira Maria Isabel Lopes da Costa, justificou a sua
36 ausência, via whatsapp, pois estava com demandas no trabalho, justificando a
37 ausência de sua suplente, pela mesma razão. A Presidente Luciane Bomtempo
38 deu início à reunião às dezoito horas e trinta minutos, após cumprimentar e
39 agradecer a presença de todos. Como primeiro ponto de pauta, A Presidente
40 Luciane Bomtempo colocou em votação a aprovação da ata do mês de março,
41 porém algumas conselheiras questionaram o curto prazo para a leitura, sendo
42 assim, a Presidente Luciane Bomtempo, sugeriu que a ata fosse aprovada
43 somente na reunião de maio. Todas as Conselheiras presentes concordaram.
44 No item 2 da pauta, sobre o Edital de Chamamento, esclarecimento, eleição e
45 posse das novas Conselheiras; a Vice-Presidente Viviane Marques disse que a
46 Sociedade Civil se reuniu durante a semana, para alinhar a pauta sugerida pela
47 Sociedade Civil e analisar as entidades que se inscreveram nos editais de
48 chamamentos e conseqüentemente escolher quais entidades ocupariam as
49 vacâncias. Viviane solicitou à secretária executiva que fizesse a leitura dos votos.
50 Para as 03 (três) vacâncias representantes de entidades da sociedade civil, com
51 atuação efetiva no município de Petrópolis, que tenham por objetivo institucional
52 o atendimento, o estudo, a pesquisa, a promoção e a defesa dos direitos da
53 mulher, foram realizadas 06 (seis) inscrições. As conselheiras votaram da
54 seguinte forma: A entidade Centro de Defesa dos Direitos Humanos – CDDH,
55 obteve 5 votos a favor e 1 abstenção; o Elos Clube de Petrópolis, obteve 5 votos
56 a favor e 1 abstenção; a Ong Raízes do Ofício, obteve 4 votos a favor e 2
57 abstenções; o Reage Mãe, obteve 3 votos a favor e 3 abstenções; a Ong Todos
58 Juntos Ninguém Sozinho, não obteve votos; a COMAC obteve 3 votos a favor e
59 3 abstenções. Pela maioria dos votos, foi sugerido pela Sociedade Civil para
60 ocuparem as 03 vacâncias, o CDDH, o Elos Clube de Petrópolis e a Ong Raízes
61 do Ofício. A vacância de Associação de Moradores, existiam duas vacâncias e
62 somente a Federação das Associações de Moradores de Petrópolis, se
63 inscreveu, preenchendo assim, uma vacância. Para a vacância de Pessoa
64 Física, inscrição por CPF, só houve uma inscrição válida, que foi
65 automaticamente eleita, Roberta Aparecida da Silva Lima. A pedido da vice-
66 presidente, a secretária executiva explicou que surgiu uma questão em relação
67 as inscrições feitas para preenchimento das vacâncias de Entidade de Classe,
68 uma vez que, das três entidades que se inscreveram, duas entidades, indicaram
69 suas representantes que são servidoras do município sob regime estatutário e
70 de acordo com o Regimento Interno deste Conselho, no Artigo 40, Capítulo VI,
71 diz que “As Conselheiras representantes da sociedade civil não podem exercer
72 cargos de confiança nem serem funcionárias públicas (Executivo/Legislativo)”.
73 As conselheiras representantes da sociedade civil, ficaram em dúvida se seria
74 possível servidoras do município representarem a sociedade civil, e que
75 chegaram à conclusão, por solicitar um parecer jurídico da procuradoria do
76 município para esclarecer a questão. A vice-presidente disse que a OAB não
77 havia impedimento para ocupar uma das vacâncias para entidade de classe. A
78 Conselheira Rosina Bezerra acrescentou sobre a inscrição da Central de
79 Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, não é uma entidade de classe.
80 Que o esclarecimento jurídico não seria somente, sobre a questão das indicadas
81 como conselheiras, serem servidoras públicas concursadas deste município. A
82 Conselheira Ângela Alcântara disse que o telefone e endereço do sindicato CTB,
83 é do município do Rio de Janeiro e precisa ser de Petrópolis. A Vice-Presidente
84 Viviane Marques disse que, quanto ao telefone ser de outro município, não há
85 impedimento, pois, a indicada pode ser moradora do município de Petrópolis. A
86 Conselheira Marisa Alves questionou à secretária executiva, o motivo pelo qual

87 não conseguiu fazer a inscrição da Mitra no Edital de Chamamento. Novamente,
88 a secretária executiva explicou que, em conformidade com as atas aprovadas do
89 mês de fevereiro, ordinária e extraordinária, estas vacâncias haviam sido
90 preenchidas, pois eram três vacâncias com a mesma finalidade da Mitra, e até o
91 fechamento do primeiro Edital de Chamamento, que terminou no dia 30 de
92 janeiro, haviam 6 entidades inscritas. Portanto, o plenário decidiu que seria
93 aberto um segundo edital de chamamento, somente com as vacâncias que não
94 tinha havido procura, tais como: Entidade de Classe, Instituição de Ensino
95 Acadêmico Superior e Associação de Moradores. Cabe ressaltar que a
96 Secretária Executiva, explicou em plenário, que o ofício assinado pela Mitra,
97 estava com data de 06 de fevereiro, data esta que excedeu o período do edital.
98 Rosimar Pinto disse, que no edital de chamamento não previa impedimentos
99 quanto as conselheiras indicadas pelas entidades de classe. Rosimar completou
100 sua fala, dizendo que o SEPE ocupa cadeira em outros conselhos e que o fato
101 de seus representantes serem servidores públicos, nunca foi impedimento para
102 a representação como entidade de classe e de acordo com Rosimar, se for
103 necessário, o SEPE entrará com uma ação de inconstitucionalidade contra o
104 Regimento deste conselho, pois o mesmo não pode ser superior a Lei. Livia
105 Miranda disse que o CTB tem atuação em Petrópolis e existe um equívoco
106 quanto ao regimento interno deste conselho, pois ser servidor público do
107 município não pode ser impedimento para o mesmo representar a sociedade
108 civil. A Vice-Presidente Viviane Marques disse que quando entrou para o
109 Conselho em 2020, já existia na composição do COMDIM, conselheiras
110 representantes da Sociedade Civil, que são servidoras públicas e por uma
111 questão justa, se há impedimento para um, deverá haver impedimento para
112 todas. Rosimar Pinto questionou o porquê a OAB entraria para o Conselho
113 novamente, uma vez que foi destituída por faltas. A Conselheira Rosina Bezerra
114 disse que funcionárias públicas não podem representar a sociedade civil,
115 exemplificando até mesmo, a Conselheira Maria Auxiliadora, que hoje
116 representa o Poder Público, pois exerce cargo comissionado. E as ex-
117 Conselheiras Luciana Périco, Andréa Moreira e Maria Carolina Alcântara, que
118 também possuem cargos no município. A Presidente Luciane Bomtempo disse
119 que o Regimento Interno, assim como a Lei vigente, é de 2020, disse que as
120 considerações são válidas, porém existe a questão levantada pela sociedade
121 civil o que leva a reflexão da necessidade de serem revisados e que as
122 considerações da sociedade Civil são pertinentes, mas que é um assunto que
123 compete a Sociedade Civil resolver, uma vez que a representação vem atuando
124 desta forma. Rosane Borsato disse que, a partir de sua experiência no Conselho
125 de Assistência Social, o fato de ser um cargo comissionado gera um
126 impedimento para atuação no conselho, porém em regime estatutário e celetista,
127 isso não se aplica. A Conselheira Carla de Carvalho disse que a sociedade civil
128 representada por ong's precisa comprovar se não possuem funcionários públicos
129 ou comissionados, para participarem de todas as suas atividades e disse que
130 precisa ser pensado quanto aos sindicatos, pois a maioria de seus membros são
131 da categoria. A Conselheira Ângela Alcântara disse que analisou a lei e o
132 regimento e que em sua opinião, não há impedimento para concursados,
133 participarem do Conselho representando a Sociedade Civil, pois estes
134 servidores não atuam na prefeitura por indicação política, mas por competência
135 e esforço próprio. Ângela continuou sua fala, justificando-se, quando se referiu à
136 entidade inscrita, CTB, foi referente ao endereço fixo do sindicato, pois não era
137 do município de Petrópolis. Rosimar Pinto disse que na análise do artigo 5º do
138 Regimento Nacional do Conselho da Mulher, quando se refere as entidades que
139 podem representar a sociedade civil, constam as entidades sindicais e

140 associativas, não citando nada em relação a restrição ao servidor público. Livia
141 Miranda fez uma observação nos artigos 8º, 38º e 39º do Regimento Interno
142 deste conselho, quando diz: artigo 8º §1º, “Será destituída, automaticamente, a
143 entidade da sociedade civil que deixar de comparecer à 03 (três) reuniões
144 consecutivas ou 05 (cinco) reuniões intercaladas, no período de doze meses sem
145 justificativa plausível e aceita pelo Plenário do COMDIM, e será substituída por
146 outra da mesma categoria e que tenha participado da última eleição”; No artigo
147 38, quando diz: “O presente Regimento Interno só poderá ser modificado por
148 proposta de, no mínimo, metade mais um dos membros do Conselho e aprovado
149 por maioria absoluta da Plenária, sendo homologado pelo Prefeito, através de
150 Decreto”; E no artigo 39, quando diz: “Os casos omissos no presente Regimento
151 Interno serão resolvidos pela Plenária ou, na hipótese do Conselho não se
152 encontrar reunido, pela Presidência ‘ad referendum’ da Plenária, devendo ser
153 submetido à apreciação do Conselho na primeira reunião subsequente, sob pena
154 de perda da validade do ato”. Portanto, segundo Livia, essa decisão quanto às
155 entidades de classe, se podem ou não ter suas representantes servidoras deste
156 município, pode ser feita em plenário. Quanto à inscrição da OAB, Livia Miranda
157 não concorda que essa entidade possa ser reconduzida, pois perdeu o direito a
158 sua cadeira, por ausência nas reuniões sugerindo a criação de uma comissão
159 para analisar a questão. A Presidente Luciane Bomtempo disse que concorda
160 com as observações de Livia, porém trouxe à lembrança da plenária que, na
161 reunião de dezembro de 2022, foi deliberado que a entidade que fosse
162 destituída, poderia se inscrever novamente, pois o regimento é omissos quanto a
163 isso, e que deste ponto em diante, com a revisão da lei e do regimento estes
164 casos serão acertados. A Presidente Luciane Bomtempo complementou que em
165 dezembro, ela estava muito preocupada com essa questão das vacâncias, pois
166 a sociedade civil estava com 9 (nove) vacâncias. A Conselheira Ângela Alcântara
167 disse que enquanto presidência do conselho estava com a Sociedade Civil, o
168 conselho estava atuante. A Presidente Luciane Bomtempo explicou que a
169 questão em pauta, não era quem estava na presidência e sim às ausências das
170 instituições e que ela, enquanto atual Presidente deste conselho tomou a
171 iniciativa de sugerir à sociedade civil que decidisse a questão das vacâncias. A
172 Presidente Luciane sugeriu à Comissão de alteração da Lei, para analisar se em
173 algum artigo, o regimento é claro, para impedir que o servidor público seja
174 conselheiro pela sociedade civil. A secretária Executiva fez a leitura do artigo 40
175 do regimento interno, pois este, é o único que cita a relação de funcionários do
176 município, seja comissionado ou funcionário público, com o referido regimento.
177 A Presidente Luciane Bomtempo disse que o regimento pode estar irregular
178 quanto ao artigo 40, pois precisa ser mais específico, mas que em sua opinião,
179 não há omissão neste caso, e sugere revisão do mesmo. A Vice-Presidente
180 Viviane Marques, disse que em dezembro solicitou à secretária executiva, um
181 levantamento das ausências nas reuniões, e levou a situação para a presidente
182 e para a reunião de dezembro. A Conselheira Rosina Bezerra disse que vem
183 pedindo para atualização da Lei e Regimento Interno, porém existem
184 dificuldades de agenda para marcar as reuniões com a Conselheira Karoline
185 Cerqueira. A Conselheira Karoline Cerqueira disse que houve duas reuniões da
186 comissão de alteração da lei, uma online e uma presencial, onde citava que não
187 haveria alternância de presidência, diante disso, Karoline solicitou à secretária
188 executiva, as atas onde foram deliberadas essas alterações para a elaboração
189 do projeto de alteração da lei, para que ela pudesse analisar e verificou que este
190 ponto sobre a alternância, está registrado em ata, onde realmente foi deliberado
191 que não haveria alternância de presidência, ficando somente com a Sociedade
192 Civil e perguntou às Conselheiras da Sociedade Civil como faria esta questão do

193 projeto de alteração da lei, para que o Conselho avance. A Presidente Luciane
194 Bomtempo disse que na próxima reunião, precisa ser pauta a proposta de
195 alteração da lei, trazida pela Comissão de alteração da lei e que é a favor da
196 democracia, não há cabimento que somente a com a sociedade civil.
197 Respondendo à Rosina, Luciane disse que é democrática a deliberação quanto
198 ao regimento, que existe validade que o plenário decida a questão das entidades
199 de classe. A Vice-presidente Viviane Marques perguntou às Conselheiras da
200 Sociedade Civil se o Conselho poderia votar em resolver a questão das
201 entidades de classe, ou aguardar um parecer jurídico. A Conselheira Ayane de
202 Souza questionou à vice-presidente Viviane Marques, pois na reunião somente
203 da sociedade civil, foi sugerido que seria solicitado o parecer jurídico para que
204 não houvesse impedimento ou impugnação do Conselho, e em sua opinião,
205 deveria ser mantido esta decisão. A Vice-Presidente Viviane Marques, em
206 resposta ao questionamento de Ayane, disse que, a partir da observação feita
207 por Livia Miranda, contidas no Regimento interno deste Conselho, poderia ser
208 feito a alteração do Regimento interno e ser resolvido a questão da Entidade de
209 Classe durante este plenário. A Presidente Luciane Bomtempo disse que
210 existiam duas propostas e enquanto isso, que não fosse proclamada a posse
211 das Conselheiras inscritas para ocupar as vacâncias da Entidade de Classe. A
212 primeira proposta, era que se fizesse a alteração do regimento interno para que
213 servidoras pudessem representar a Sociedade Civil neste conselho e a segunda
214 proposta, seria aguardar o parecer jurídico. A Presidente Luciane Bomtempo
215 perguntou às Conselheiras da Sociedade Civil qual das duas propostas estariam
216 de acordo. Carla de Carvalho perguntou se as outras entidades votariam ou a
217 posse das mesmas também seriam suspensas. Rosane Borsato sugeriu que as
218 outras entidades, que foram eleitas pela sociedade civil, fossem empossadas,
219 para que possam participar da votação. A vice-presidente Viviane Marques
220 sugeriu que as entidades, Centro de Defesa dos Direitos Humanos - CDDH, Elos
221 Clube de Petrópolis, Ong Raízes do Ofício, Federação das Associações de
222 Moradores de Petrópolis - FAMPE e a pessoa Física, Roberta Silva, fossem
223 empossadas, pois suas escolhas foram feitas democraticamente. Todas as
224 Conselheiras presentes, aprovaram sem ressalvas. A partir deste momento da
225 reunião ordinária, foram empossadas, as seguintes entidades representando a
226 Sociedade Civil: CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE
227 PETRÓPOLIS – CDDH, que indicou como titular, CARLA DE CARVALHO
228 ALMEIDA DA SILVA e como suplente, FLÁVIA VALADARES DE ARAÚJO;
229 ELOS CLUBE DE PETRÓPOLIS, que indicou como titular, LUCIANA
230 APARECIDA ALVES BLATT e como suplente, MARIA DA GRAÇA GONÇALVES
231 LIMA; ONG RAÍZES DO OFÍCIO, que indicou como titular, MARIA CRISTINA
232 DOS SANTOS SILVA e como suplente, JULIANA ESPINDOLA BOTELHO DE
233 MELLO; FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE
234 PETRÓPOLIS – FAMPE, que indicou como titular, ANDREA VIEIRA AREAS e
235 como suplente, ANA MARIA DIAS RAMOS; inscrição de PESSOA FÍSICA, por
236 CPF, foi eleita como titular, ROBERTA APARECIDA DA SILVA LIMA. A
237 presidente Luciane Bomtempo sugeriu que o Regimento Interno fosse alterado
238 no artigo 8º, para que servidores públicos do quadro permanente e celetistas,
239 possam ser conselheiros representantes pela Sociedade Civil, e sendo
240 deliberado, esta alteração precisa ser encaminhada ao prefeito Rubens
241 Bomtempo, para publicar a alteração. A Presidente colocou em votação,
242 primeiramente para a Sociedade Civil. As Conselheiras Representantes da
243 Sociedade Civil, decidiram com 10 (dez) votos a favor e 1 (um) voto contra, pela
244 alteração do artigo 8º do Regimento Interno, concordando que servidores
245 públicos sob regime estatutário ou celetista, representem o conselho pela

246 sociedade civil, desde que não possuam cargos de confiança. O plenário
247 concordou com a decisão das representantes da Sociedade Civil. A Presidente
248 Luciane Bomtempo disse que será feito essa sugestão de alteração no regimento
249 e encaminhar para o Gabinete do Prefeito, para fazer a alteração, e será aberto
250 um novo Edital de Chamamento para preencher as vacâncias que existentes. O
251 item 3 da pauta, a Presidente Luciane Bomtempo sugeriu suprimir a pauta, pois
252 o item 2, tomou muito tempo de discursão, sendo a ordem do dia, muito extensa,
253 para não prejudicar os itens 3 e 7 desta pauta, Luciane sugeriu que fosse
254 montada comissões para discutir estes pontos. A Comissão para discutir o item
255 3 da pauta, sobre Pobreza Menstrual foi composta pelas Conselheiras, Claudia
256 Respeita da Motta, Denize Militão da Silva de Campos, Ayane Rocha de Souza
257 e Carla de Carvalho Almeida da Silva e pela convidada Pâmela Mércia. A
258 Comissão para discutir o item 7 da pauta, sobre a Patrulha Maria da Penha da
259 GCM foi composta pelas Conselheiras, Thais Justen, Gomes, Karoline Victória
260 Cerqueira dos Santos, Rosina Bezerra de Mello e Viviane Marques de Menezes
261 Fidelis e pelas convidadas, Subcomandante Guarda Civil Municipal Magali Artis
262 e a Vereadora Julia Casamasso. O item 4 da pauta, a Lei sobre embarque e
263 desembarque do coletivo, fora do ponto, das 22h às 6h, a Presidente Luciane
264 Bomtempo solicitou a Thais Justen para elaborar capacitações para serem
265 realizadas nas empresas de ônibus do município, e elaboração de cartazes e
266 que a Comissão de Direitos da Mulher precisa criar uma estratégia para
267 fiscalização das empresas, exigindo o cumprimento da lei nº 7.480 de 27 de
268 dezembro de 2016. O item 5 da pauta, Solicitação de transporte para as famílias
269 visitarem seus parentes nos presídios, moradores de Petrópolis, a Vice-
270 Presidente Viviane Marques disse que é muito caro e inviável para as famílias
271 visitarem seus apenados, para que se sintam acolhidos. Viviane disse que tomou
272 conhecimento, que vários municípios prestam suporte a essas famílias, para
273 conduzi-las até seus familiares que foram privados de liberdade por decisão
274 judicial. A Vice-Presidente citou alguns municípios que fazem esse tipo de
275 atendimento e gostaria que isso fosse possível no município de Petrópolis, e
276 ainda se possível, que fosse feito um levantamento de quantos moradores do
277 município encontram-se nesta situação. A Conselheira Vivian Carreiro, disse que
278 são 54 penitenciárias presídios, 18 estabelecimentos manicômios e 14
279 instituições de casas infantis, e que a preocupação seria como que as vans
280 ficariam distribuídas para atender a todos esses locais. Vivian disse que isso
281 criaria um vínculo perigoso para o município, pois é de conhecimento de muitos,
282 que os apenados possuem contato com seus familiares, por meio de aparelhos
283 celulares, a van possuiria a logo do município e precisaria ter essa visão logística
284 das vans, pois caso aconteça algo, quem seria responsabilizado. A Vice-
285 Presidente Viviane Marques disse que existe a possibilidade para o poder
286 público ajudar essas famílias, relatando experiências ouvidas e vividas, sobre
287 gestões passadas do atual prefeito. Viviane disse que quando sugeriu esse
288 ponto de pauta, pensou primeiramente na cura desses apenados, pois o apoio
289 das famílias nesse momento, proporciona a ele, acalento e acolhimento. A
290 Conselheira Vivian Carreiro disse que seu ponto de vista, foi em torno de um
291 modo geral enquanto funcionária da Secretaria de Segurança e Ordem Pública.
292 Rosane Borsato disse que quando se refere a apenados, a Secretaria de
293 Assistência Social seria a secretaria indicada a dar apoio a essas famílias, porém
294 segundo Rosane, quantos forem os veículos, estes serão insuficientes, e que
295 existe o Plano Individual de Atendimento à Família, e que seria melhor criar um
296 auxílio para que essa família visite seu apenado. A Conselheira Carla de
297 Carvalho disse que na maioria das vezes, a mulher que cuida em todas as
298 esferas, então, vê que é pauta do conselho sim, porém a indicação precisa sair

299 deste conselho para a Secretaria de Assistência Social. A Vanessa se
300 apresentou como militante mulher trans, e que trará para este conselho, pautas
301 pela causa, juntamente com o CDDH, sobre inclusão e discursão de políticas
302 públicas pelas mulheres trans. A Conselheira Cristiane Nogueira parabenizou a
303 vice-presidente Viviane Marques, pela sua fala e disse que ao que se refere aos
304 apenados, Cristiane ressaltou que os mesmos já estão pagando a sua pena à
305 sociedade, e quando refere-se a assistência, está totalmente ligado a Direitos
306 Humanos, dignidade, o direito dessas pessoas que estão cumprindo pena, ter o
307 direito de verem seus familiares, que precisa do apoio da família, e que é a favor
308 que o município apoie essas famílias e fazer valer seus direitos. A Conselheira
309 Denize Militão disse que na Secretaria de Assistência Social já está em pauta, a
310 regularização dessas famílias, que muitas vezes estão também em
311 vulnerabilidade social. A Presidente Luciane Bomtempo, solicitou que seja
312 encaminhado um ofício para a Secretaria de Assistência Social, solicitando em
313 nome do COMDIM, um suporte e assistência às famílias de apenados através
314 de um benefício eventual. A Vice-Presidente Viviane Marques falou sobre a
315 importância de a família participar e acompanhar os apenados, para que não
316 aconteça o mesmo com outras famílias. A Conselheira Claudia Respeita falou
317 que uma das Diretrizes da Conferência Municipal de Saúde foi fazer um
318 protocolo virar uma forma de atendimento mais acolhedora e diferenciada, para
319 melhorar o atendimento das famílias, nas Unidades Básicas, de pessoas que
320 foram privadas de liberdade ou recém liberto. A Conselheira Mariza Alves falou
321 sobre os moradores em situação de rua e usuários de drogas que ficam
322 causando tumulto próximo a sua residência no centro e ela teme por situações
323 de risco a população, como estupros, por exemplo. A Conselheira Thais Justen
324 disse que um problema não justifica o outro, e sugere um encaminhamento para
325 que haja uma atuação maior. A Conselheira Carla de Carvalho disse que chegam
326 no CDDH, muitas pessoas que pagam representantes religiosos, que tem mais
327 acesso aos presídios, para que levem itens aos apenados. A Vice-Presidente
328 Viviane Marques disse que quando uma mulher negra é ouvida, todas são. Que
329 ela representa muitas mulheres. O item 6 da pauta, a Vice-Presidente Viviane
330 Marques disse que a Conselheira Simone Izidio trouxe esta pauta para sugerir
331 uma solução sobre o reaproveitamento do material descartado pelas artesãs da
332 comunidade do Alto Independência. A Conselheira Simone Izidio falou que faz
333 parte do Instituto de Desenvolvimento Econômico Solidário, Social Humano,
334 Artesanal e Sustentável – IDEAS, e que confecciona vários itens com material
335 reciclado e reaproveitado, juntamente com outras artesãs, trazendo para esta
336 plenária alguns dos trabalhos artesanais realizado pelas artesãs deste projeto;
337 Simone disse em sua apresentação, que este trabalho também ajuda mulheres
338 a sair de crises depressivas, pois aprendem coisas novas, distraem suas mentes
339 e fazem amizades. Que o município poderia implantar nas comunidades, oficinas
340 com o Fórum de Economia Popular Solidária de Petrópolis - FESP para ensinar
341 as mulheres a produção de artesanato e assim gerar renda para essas famílias.
342 A Conselheira Cintia Maria fez um informe sobre a origem da boneca ABAYOMI,
343 contando sua origem e significado, dentro da cultura afrodescendente brasileira,
344 um dos itens apresentado por Simone Izidio. A Presidente Luciane Bomtempo
345 disse que o poder público sempre incentivou a Economia Solidária, que foi
346 durante a gestão do prefeito Rubens Bomtempo, que aconteceu a primeira Feira
347 de Economia Solidária no município, que existe uma lei e todo o sistema de
348 organização da Economia Solidaria e abraça os projetos das comunidades e que
349 o COMDIM tem uma comissão para pensar nisso e sistematizar de qual maneira
350 o poder público pode estar ainda mais abraçando e divulgando esses trabalhos.

351 O item 8 da pauta, A Vice-presidente Viviane Marques juntamente com as
352 Conselheiras representantes da Sociedade Civil, retiraram o item 8 da pauta,
353 sobre a devolutiva da Programação do Mês da Mulher, ficando para um outro
354 momento, atendendo à solicitação da Presidente Luciane Bomtempo, conforme
355 no item 3 desta ata. Em Assuntos Gerais, item 9 da pauta, a Presidente Luciane
356 Bomtempo falou que a Secretaria da Mulher está demorando um pouco para ser
357 implantada, pois agora está na fase de impacto econômico, orçamentário e
358 financeiro, que precisa existir, para que o projeto seja enviado para aprovação
359 na Câmara dos Vereadores, e apresentou o esboço do organograma da
360 Secretaria Municipal de Direitos e Políticas Públicas para as Mulheres, destacou
361 a importância da concretização do Fundo do Conselho Municipal dos Direitos da
362 Mulher – COMDIM, firmando propostas. A Conselheira Karoline Cerqueira,
363 apresentou o organograma da futura secretaria, ressaltando que a pasta não
364 prevê somente o combate à Violência contra a Mulher, mas que engloba outras
365 pautas tão importantes quanto. Karoline passou a palavra para as Conselheiras
366 Thais Justen e Suelen Ribeiro, que deram continuidade à apresentação do
367 organograma. A Conselheira Thais Justen falou sobre a estrutura da nova
368 secretaria, a gerência de Políticas Públicas para as Mulheres, destacando a
369 importância do diálogo do Poder Público com a Sociedade Civil. A Conselheira
370 Suelen Ribeiro disse que as gerências estarão interligadas, pois não adianta
371 pensar em política pública, rede de enfrentamento, se não houver atuação em
372 conjunto, falando da Patrulha Maria Da Penha da GCM, e da proposta do Posto
373 de Atendimento à Mulher – PAM, Sala Lilás e CRAM. A Presidente Luciane
374 Bomtempo complementou que foi somente uma estrutura básica, que existe uma
375 previsão de cargos com funcionários concursados e comissionados para compor
376 a pasta. Rosane Borsato sugeriu que a secretaria ofereça capacitações e cursos
377 de empreendedorismo, talvez dentro da assessoria de articulação política e
378 comunitária. A Conselheira Thais Justen disse que esta sugestão já estava em
379 discursão durante as reuniões para a criação da secretaria. Livia Miranda sugeriu
380 que seja atribuição da secretaria, uma política de geração de emprego e
381 distribuição de renda para o empreendedorismo e planejamento urbano. A
382 Conselheira Joana Darque complementou a fala de Rosane Borsato, dizendo
383 que a capacitação é muito necessária e que tenha suporte para as mulheres
384 avançarem e que tenha um programa de geração de emprego. A Presidente
385 Luciane Bomtempo disse que a secretária executiva do COMDIM, fará parte da
386 nova Secretaria, já faz parte da estrutura da pasta. A Conselheira Cintia Maria
387 da Silva perguntou se a secretaria oferecerá apoio a importância de se apoiar
388 casos de proteção a LGBTQIA+, casos de intolerância religiosa, racismos, entre
389 outros assuntos. A Conselheira Thais Justen disse que o poder público tem
390 grande preocupação em ajudar as minorias, e que as atribuições de cada cargo
391 da secretaria, está contida essas articulações políticas. A Vice-Presidente
392 Viviane Marques perguntou se há uma previsão para a criação da secretaria. A
393 Presidente Luciane Bomtempo disse que isso depende da votação na Câmara
394 dos Vereadores, mas que enquanto isso, o poder público está procurando um
395 espaço físico para montar a sede. A Vereadora Julia Casamasso disse que é
396 muito importante que tenha uma participação efetiva no dia da votação, pois ela

397 acredita que alguns vereadores votarão contra ou irão se abster, mas se o
398 conselho e a população estiver presente no dia, isso pode contribuir para um
399 maior número de votos para aprovação. A vereadora Julia disse que irá verificar
400 se necessita de votação absoluta para aprovação da lei de criação da secretaria.
401 A Presidente Luciane Bomtempo disse que pedirá regime de urgência para a
402 votação e que não vê o porquê da pasta não ser aprovada, pois foi feito um
403 levantamento estatístico comprovando os motivos para a criação desta
404 secretaria. A Conselheira Carla de Carvalho disse que ao seu ponto de vista,
405 esta secretaria será um braço operacional do COMDIM e que, com a existência
406 da secretaria, muitas coisas que serão deliberadas pelo Conselho, ela dará mais
407 força para encaminhar as demandas. A Presidente Luciane Bomtempo disse que
408 a secretaria da Mulher será ativista, que o COMDIM ajudará a propor tudo para
409 que as políticas públicas possam avançar, que é uma secretaria muito
410 participativa. A Conselheira Maria Auxiliadora falou que a participação é muito
411 importante e que isso será uma forma estratégica de ver a minoria. Livia Miranda
412 disse que é importante que a secretaria seja composta somente de cargos
413 femininos envolvendo toda diversidade, para que tudo seja bem alinhavado, que
414 seja pautado a predominância feminina. A Presidente Luciane Bomtempo disse
415 que é importante nessa secretaria, o Fundo, seja ele federal, mas principalmente
416 municipal, que o município receba uma verba carimbada destinada para esta
417 secretaria e deliberar como será utilizado esta verba, que seja com cursos de
418 capacitação, material de distribuição como camisas e folhetos, entre outros. A
419 Conselheira Ângela Alcântara disse que esta secretaria, apesar de enxuta está
420 muito completa, e que abrange quase tudo o que a mulher necessita. A
421 Conselheira Cristiane Nogueira falou do festival que acontecerá no dia 14 de
422 abril, para encerramento da programação do Mês da Mulher. O item 10)
423 Definição da pauta da próxima reunião ordinária, sem prejuízo de inclusões
424 posteriores que se fizerem necessárias, a Presidente Luciane Bomtempo
425 solicitou que seja o próximo ponto de pauta, a minuta da alteração da Lei e
426 Regimento do Conselho. Nada mais havendo a tratar, a Presidente Luciane
427 Bomtempo encerrou a reunião às vinte e uma horas e quinze minutos,
428 agradecendo a participação de todas. Essa ata segue lavrada e assinada por
429 mim, Gisele Cristina de Paula Moreira, Secretária Executiva e pela Presidente,
430 Luciane Bomtempo.

Gisele Cristina de Paula Moreira
Secretária Executiva do COMDIM

Luciane Martins Bessa Bomtempo
Presidente do COMDIM